

HABEAS CORPUS Nº 548.741 - SP (2019/0357617-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : RAFAEL DA SILVA STOGAR E OUTRO
ADVOGADOS : RAFAEL DA SILVA STOGAR - SP318123
RICARDO DE OLIVEIRA - SP399409
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO HENRIQUE CAMARGO JORGE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOAO HENRIQUE CAMARGO JORGE contra decisão liminar proferida pelo Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2264794-51.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, no dia 30/10/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática dos crimes descritos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, porque, juntamente com sua companheira, foi surpreendido na posse de **106 porções de crack** (e-STJ fl. 91).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, ausência de fundamentação idônea na segregação cautelar do paciente e ressaltando que o acusado é primário, tem residência fixa e ocupação lícita, o que evidenciaria a possibilidade de aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. O Relator da ação originária, contudo, indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 148/150).

Na presente oportunidade, a defesa reitera que a decisão singular não demonstrou concretamente o preenchimento dos requisitos legais da prisão preventiva (art. 312 do CPP), tendo sido a prisão decretada com base tão somente a gravidade em abstrato do delito. Reafirma que o paciente é primário, possui ocupação lícita, família constituída e residência fixa no distrito da culpa.

Complementa, ademais, que a quantidade de droga apreendida não

se mostra relevante, a ponto de justificar o cárcere preventivo.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, seja substituída por medidas cautelares diversas, como as previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, expedindo-se o competente alvará de soltura.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular, o que não se mostra presente na espécie.

No caso, eis os motivos declinados pelo Magistrado de primeiro grau ao decretar a prisão preventiva (e-STJ fl. 91, grifei):

*Frise-se: o autuado foi detido, em poder de **106 (cento e seis) porções de cocaína em forma de crack**, totalizando 17g (dezessete gramas), e R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) em dinheiro, **além de uma balança de precisão**. De se destacar, ainda, que durante a abordagem policial, **teriam comparecido ao local 02 (dois) usuários de entorpecentes, que confirmaram que adquiriam drogas do casal há bastante tempo**.*

Em razão disso, a custódia do autuado se faz necessária, pois, uma vez em liberdade, nesta fase processual, os acusados poderiam continuar a praticar a hedionda conduta de tráfico, o que representa um risco à população local.

Com efeito, *A quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento para decretação da prisão preventiva (RHC 61.112/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta*

Superior Tribunal de Justiça

Turma, julgado em 22/9/2015, DJe 1/10/2015; RHC 60.962/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 25/8/2015, DJe 15/9/2015). [...] (RHC 55.139/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 02/02/2016, DJe 22/02/2016).

Assim, no caso, não se verifica manifesta ilegalidade que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte.

Entendo, assim, que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar, no momento adequado, a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator